

## A RESISTÊNCIA PETROLEIRA E A PRIVATIZAÇÃO NO PRÉ-SAL NO BRASIL

*Carlos Lucena<sup>1</sup>*

*Lurdes Lucena<sup>2</sup>*

*Fabiane Santana Previtali<sup>3</sup>*

**RESUMO:** Este artigo analisa a relação entre a crise na Petrobrás, as disputas políticas internacionais entre o Brasil e os Estados Unidos e seus possíveis impactos na educação brasileira. Demonstra como a descoberta de petróleo no Pré-sal relacionada à participação do Brasil no grupo econômico dos BRICs acirrou as disputas diplomáticas entre os dois países voltadas ao controle da extração e produção de petróleo na América Latina. O embate político nacional sobre a substituição do sistema de partilha pelo de concessão de exploração de petróleo no Pré-sal impactará na redução de recursos para o investimento em educação, implicando em severo retrocesso das conquistas dos movimentos sociais em luta pela melhoria do setor no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Petrobrás; Pré-sal; política internacional; petróleo; educação.

**ABSTRACT:** This article examines the relationship between the crisis in Petrobras, the international political disputes between Brazil and the United States and their possible impacts on Brazilian education. Demonstrates how the discovery of oil in the pre-salt, related to Brazil's participation in the Group of BRICs, incited the diplomatic disputes between the two countries aimed to control the extraction and production of oil in Latin America. The national

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia e História da Educação pela Unicamp. Pós-doutor em Educação pela Ufscar. Bolsista de Produtividade e Pesquisa 2 do CNPQ. Professor Associado III do PPGED/Faced/UFU, Linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação.

<sup>2</sup> Mestre em Linguística pela Unicamp. Doutora em Educação pelo PPGED/Faced/UFU. Professora da Esamc e da Unipac Uberlândia.

<sup>3</sup> Doutora em Sociologia pela Unicamp. Pós-doutorado em Sociologia pela Universidade de Lisboa. Bolsista de Produtividade e Pesquisa 2 do CNPQ. Professor Associado II do PPGED/Faced/UFU, Linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação.

political struggle related to replacement of sharing model by the exploration concession model of the oil in the pre-salt, impact on the reduction of resources for investment in education, resulting in severe setback of the achievements of social movements in struggle for the improvement of the educational sector in Brazil.

**KEYWORDS:** Petrobras; Pre-salt; international politics; oil; education.

## **Introdução**

A Petrobrás vive uma crise sem precedentes na segunda década do século XXI. Ela se explica em um complexo processo geopolítico de conflitos e disputas que objetiva o controle da indústria do petróleo em âmbito internacional, condição essencial para a manutenção da hegemonia dos países centrais sobre os periféricos nas próximas décadas.

O Brasil passa por um período político conturbado em termos político e econômico acompanhado por um forte processo recessivo econômico com graves desdobramentos sociais. O crescimento da dívida pública, da inflação e as medidas governamentais para a estabilização da economia baseadas na “Escola de Chicago” elevam o isolamento governamental, pondo em risco a própria governabilidade do Brasil. As críticas ocorrem em segmentos distintos da sociedade. Por um lado, setores vinculados a frações de classe burguesa fomentam o processo de crise constante, difundindo a incapacidade governamental para retirar o Brasil do processo recessivo e, por outro, parcela dos movimentos sociais e partidos de esquerda insatisfeitos com a dependência governamental às formas acumulativas do capital em sua forma financeira.

A “Operação Lava-Jato” acirra o conturbado processo político em curso no Brasil. Ela constitui em uma operação investigatória desenvolvida pelo Ministério Público da União e a Polícia Federal Brasileira para denunciar processos de corrupção inerentes a políticos e empresários de empresas brasileiras. As denúncias formuladas pelo Ministério Público Federal e julgadas pela Justiça Federal apontam para a existência de um amplo

processo de desvio e lavagem de bilhões de dólares junto a contratos vinculados à Petrobrás para financiar a campanha eleitoral de partidos políticos em troca de favorecimento de empresas empreiteiras em processos de licitação de contratos com a Empresa Estatal. A Polícia Federal estima que o prejuízo causado à Petrobrás aproxima-se à ordem de U\$\$ 5,53 bilhões.

Embasados pelo entendimento epistêmico manifesto nas contradições manifestas na mediação entre o particular e o geral, demonstraremos que a crise na Petrobrás não se explica apenas em âmbito nacional expressando embates geopolíticos manifestos por forças políticas transnacionais que dele podem se beneficiar.

Os conflitos internacionais sobre o controle da exploração do petróleo no Brasil não são novos. As disputas no setor petrolífero produtivo brasileiro retratam a continuidade dos desdobramentos econômicos e políticos internacionais oriundos do século XX, cujos contornos tornaram-se drásticos com a queda do Sistema de Bretton Woods e as crises do petróleo nos anos 70 e 80, implicando em um amplo processo de reestruturação das economias e Estados na periferia do capitalismo.

Os anos 80 e 90 do século XX marcaram a reestruturação da economia e política brasileira orientada pelos princípios do Plano Brady voltado ao ajuste econômico nacional para a elevação do superávit primário para garantir o pagamento dos juros da dívida externa aos banqueiros internacionais. Esse plano, capitaneado pelo Fundo Monetário Internacional, implicou em uma alternativa viabilizada aos países periféricos, motivada, principalmente, após a falência do Plano Baker, à elevação do prazo de pagamento dos juros da dívida externa devida aos banqueiros internacionais e a criação de títulos da dívida a serem comercializados no mercado internacional.

A condição exigida para a participação foi que os países periféricos deveriam promover reestruturações em suas economias, redefinindo a atuação dos próprios Estados Nacionais, privatizações de empresas estatais rentáveis, quebra de monopólios produtivos e abertura do mercado nacional aos interesses transnacionais.

Essa ação se insere no entendimento ao qual a estabilidade econômica na periferia do capitalismo é condição essencial para a estabilidade econômica dos países centrais. Marx em o “Livro Terceiro de O capital” demonstrou que a composição monetária dos Bancos Centrais dos países capitalistas é realizada por uma parcela privada e outra estatal, cuja redução de qualquer das parcelas afeta todo um sistema econômico de uma nação. Esta construção teórica é essencial para entender a relação dinâmica e mundializada entre o centro e a periferia do capitalismo. Na prática, o calote dos países periféricos no pagamento dos juros da dívida externa não afeta apenas o banco privado credor. A existência de um vínculo do banco privado com o Estado Nacional impacta em uma redução do volume da composição monetária do Banco Central do país de origem, desvalorizando a própria moeda nacional. Com a mundialização do capital, a crise na periferia impacta na crise nos países centrais. O Plano Brady se apresentou dentro dessa prerrogativa. Garantir a estabilidade econômica dos países periféricos para evitar a crise nos países centrais, mantendo intocáveis as formas reprodutivas do capital em sua forma financeira.

A assinatura do acordo pelo Brasil no ano de 1994 foi fundamental para a criação do Plano Real voltado à estabilização da economia brasileira. Apesar do forte apelo midiático enaltecendo a hegemonia e competência intelectual das frações de classe burguesa no governo do Brasil, o Plano Real não foi elaborado pela “genialidade” de nenhum segmento político brasileiro, mas sim a através da mera execução sumária dos princípios, diretrizes e receitas econômicas determinadas pelos formuladores da equipe econômica de Nicolas Brady e do Fundo Monetário Internacional.

O Plano Real mudou a economia brasileira. A promoção da estabilidade econômica sustentada pela valorização da moeda brasileira em relação ao dólar fundamentou o fetiche da excelência do setor privado sobre o setor público. Os resultados econômicos apresentados, legitimados por forte aprovação popular acompanhado pela “miopia” dos setores críticos nacionais em sua interpretação da dinâmica reprodutiva internacional da

capital financeiro, diminuíram a resistência à ofensiva voltada ao enfraquecimento e privatização das empresas estatais, principalmente, os setores tecnológicos e produtivos centrais.

A submissão organizada ao FMI proporcionou que o Governo Federal remetesse ao Congresso Nacional cinco emendas alterando a ordem econômica na Constituição do Brasil visando ajustar a economia brasileira aos imperativos transnacionais e ao processo privatizante. Foram elas a quebra do Monopólio Estatal do Petróleo, das telecomunicações, da navegação de cabotagem, do gás canalizado e a eliminação da diferença constitucional entre empresas brasileiras de capital nacional e empresas brasileiras de capital estrangeiro.

Foi como resistência a esse processo que se desenvolveu a greve dos petroleiros de 1995. A paralisação afetou o consumo da população e das empresas aos derivados de petróleo. A escassez de combustíveis proporcionou a disseminação generalizada do pânico por parcela considerável da mídia brasileira reforçando que o Brasil não poderia ser refém de uma categoria profissional. O apelo midiático manifesto pela aparente neutralidade utilizou a greve contra os próprios petroleiros, exemplificando-a como a materialização da necessidade imperiosa de quebra do monopólio estatal do petróleo para garantir a demanda e reduzir os preços dos combustíveis. Ao mesmo tempo, legitimou a repressão governamental à greve contabilizando 47 demissões por justa causa e multas aos sindicatos de US\$ 28 milhões em razão da somatória dos dias de paralisação.

Lucena (2004) demonstrou que o desgaste midiático e o enfraquecimento conjuntural dos petroleiros facilitaram o avanço e aprovação das propostas governistas sem qualquer desgaste político. Sua votação ocorreu com forte pressão em favor da aprovação pela mídia brasileira. Com um Congresso Nacional extremamente fisiológico, cada votação transformava os gabinetes das lideranças governamentais em “balcões de negócios” voltados para atender aos anseios das bancadas de representantes de frações de classe burguesas nacionais e internacionais. Essa ação acabou por aprovar todas as propostas governistas sem um aprofundamento dos seus impactos no país.

Com ampla maioria no Congresso Nacional e fundamentada pela hegemonia conservadora da não eficiência estatal para gerir o setor energético, foi aprovado a quebra do monopólio estatal do petróleo pela Petrobrás acompanhado, através da Lei 9.478 de 1997, da criação da Agência Nacional do Petróleo - ANP – com responsabilidade de definir e regular o ramo petrolífero no país.

A quebra do Monopólio Estatal do Petróleo mudou as relações entre o Estado brasileiro e a Petrobrás. O Governo Federal, sustentado por princípios hayekianos relativos ao abandono definitivo de ações desenvolvimentistas em âmbito nacional, reduziu os investimentos na Estatal adotando ação contrária à tendência internacional de fusões e o fortalecimento de grandes grupos econômicos do setor petróleo, como o da British Petroleum com a Amoco, da Exxon (Esso) com a Mobil e da Texaco e a Shell nos EUA.

A redução de investimento governamental e o prejuízo acumulado de US\$ 4 bilhões em virtude da obrigatoriedade da Estatal vender de combustíveis a preços abaixo dos praticados no mercado para fomentar o setor petroquímico privado nacional justificaram a mudança radical no funcionamento da Estatal no mercado internacional através da instauração do sistema de concessão na segunda metade da década de 1990.

A Agência Nacional do Petróleo convidou grupos privados para participarem do investimento petrolífero no Brasil, através da criação de cotas distribuídas em grupos de 20 investidores, ao qual cada grupo investiria 3,39 milhões, totalizando US\$ 67,96 milhões. Para Lucena (2004), o objetivo da ANP foi conseguir um empréstimo de US\$ 631 milhões no mercado financeiro internacional ao qual somado ao capital privado consorciado, formaria um total de US\$ 698,96 milhões, equivalente a menos de um terço do investimento da estatal já realizado na ordem de US\$ 2,37 bilhões. A contrapartida aos grupos privados presentes no consórcio foi a garantia de participação de 30% dos lucros obtidos.

O sistema de concessão possibilitou o acesso aos resultados de estudos e pesquisas realizados pela Petrobrás a empresas petrolíferas privadas internacionais por meio de licitação feita pela ANP. O custo estipulado para o acesso aos resultados da pesquisa

foi de US\$ 168,5 mil sendo que as empresas que quisessem adquirir os “estudos relativos em apenas uma região petrolífera brasileira pagariam 10% do valor acima, ou seja, US\$16,85 mil” (LUCENA, 2004, 151).

A reestruturação da Petrobrás impactou na precarização das condições de trabalho dos petroleiros. No final dos anos 90 do século XX ocorreu um óbito a cada quinze dias nas plataformas e refinarias da Estatal. De acordo com Sevá e Gil (1996) somente entre os anos de 1998 e 1999 morreram 74 trabalhadores, sendo 59 em empresas terceirizadas na Petrobrás. Esse valor correspondeu a quase um terço das mortes ocorridas em conflitos recentes no Oriente Médio entre palestinos e judeus no mesmo período.

O naufrágio da Plataforma P-36 a 1300 metros de profundidade no Oceano Atlântico na costa brasileira no ano de 2001 foi o ápice da precarização do trabalho dos petroleiros. A forte explosão que precedeu o naufrágio vitimou os integrantes da brigada de incêndio, sendo que apenas dois trabalhadores tiveram seus corpos recuperados.

Em Silva (2012, 01) encontramos as fotos dos petroleiros vitimados no naufrágio da Plataforma P-36, tal qual demonstrado a seguir.

#### Petroleiros mortos na explosão da Plataforma P-36 em 2001



Wilson Antônio dos Santos, 40 anos, casado, três filhos, operador



Luciano Cardoso Souza, 46, casado, quatro filhos, operador



Mário Sérgio Matheus, 40, casado, três filhos, técnico de segurança



Geraldo Magela Gonçalves, 41, casado, dois filhos, técnico de segurança



Adilson Almeida Oliveira, 33, casado, sem filhos, operador



Só dois enterrados



Sérgio dos Santos Sousa, 34, casado, um filho, mecânico  
Sérgio Santos Barbosa, 41, casado, três filhos, operador de produção

Em Lima (2012, s/p) encontramos o poema produzido 11 anos após o acidente pela Senhora Marilena Souza, viúva do petroleiro Josevaldo Dias de Souza em ato público para relembrar o acidente realizado no aeroporto de Macaé retrata o amplo processo de precarização do trabalho que foram submetidos os petroleiros.

Segurança Insegura  
Esta segurança tão insegura  
Que assusta, assalta e assassina  
Este progresso tão regresso  
Que agiganta, avança e manca  
O lema é conquistar  
Descobrir, perfurar e explorar  
Encobrir, esconder e mascarar

Arriscar, emendar e assustar  
Mercandejam vidas  
Leiloam os poços  
Discutem políticas  
Terceirizam o que é nosso  
É gente vinda de toda parte  
Nossos mares povoados pelas gentes  
Estrangeiros recebidos com festa  
Nacionais ficam com o que resta  
Mais difícil controlar a VIDA  
Conter a morte que pede passagem  
É a busca pelo ouro negro  
A insegurança encontra hospedagem  
Quanto a nós, aqui de novo estamos  
Nos encontrando por um motivo insano  
Onze anos, Onze vidas  
Que de esquecer nos recusamos  
Nos perguntam o que queremos enfim  
Se a dor não nos dói  
Se constrangidos não ficamos  
A nossa resposta é um Sim  
Dizemos Sim para o não esquecimento  
Dizemos Sim para este momento  
Pois não queremos que o tempo  
Emudeça a nossa luta, enfraqueça o movimento  
A nossa luta é pela VIDA  
A nossa briga contra a insegurança  
A nossa inimizade é contra a ganância  
Que insaciável marcha, marca e mata  
Sem dar a VIDA a menor importância.

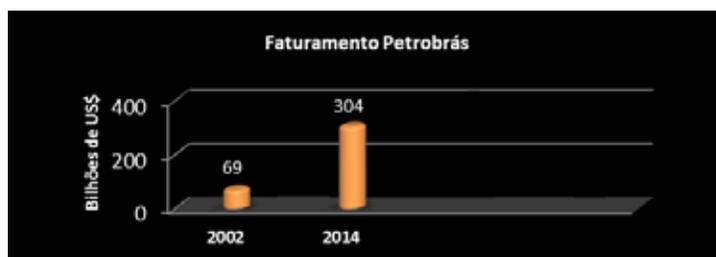
### **1. O acirramento do cenário geopolítico do petróleo.**

O sistema de concessão de exploração dos campos petrolíferos brasileiros às petrolíferas transnacionais sofreu grande revés a partir de 2003. O enfraquecimento e a perda da efetividade governamental no início dos anos 2000 acompanhada da derrota

eleitoral no processo sucessório presidencial barraram o processo em questão inaugurando uma nova fase da indústria do petróleo no Brasil marcada pelo crescimento do investimento governamental na Petrobrás conforme demonstram os gráficos a seguir.



Fonte: Petróleo Brasileiro S/A



Fonte: Petróleo Brasileiro S/A

Para Costa (2014, s/p) com a elevação dos investimentos, a Estatal que até então obtivera um faturamento de R\$ 69 bilhões de reais em 2002 e um lucro líquido médio de R\$ 4,2 bilhões entre 1994 e 2002 saltou para R\$ 304 bilhões de reais no ano de 2014. Seu lucro líquido médio entre 2003 a 2013 foi de R\$ 25 bilhões. Contudo, destacamos, tendo como referência os dados obtidos junto ao Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, que até o final de 2010 morreram por acidente de trabalho 145 petroleiros em todo o Brasil, sendo 74 na Bacia de Campos.

Esses dados são fundamentais para a análise das mudanças na atuação da Petrobrás. O crescimento de investimentos

relacionado à elevação dos lucros líquidos e do faturamento da Estatal influenciado pela ruptura com o sistema de concessão fortaleceu a política internacional brasileira no explosivo cenário geopolítico do petróleo agravado pelos desdobramentos da crise econômica de 2008.

A instauração em 2008 de uma nova crise econômica em virtude da mundialização do capital foi implacável e afetou todo o planeta acirrando as disputas pelo controle das matérias primas e novos mercados como condição para a sua superação.

A crise teve sua gênese nas dificuldades domésticas estadunidenses em estabilizar o mercado imobiliário e financeiro. Os Estados Unidos passavam até então por um forte crescimento imobiliário em virtude da expansão do crédito em sua forma hipotecária, forma de transação comercial à qual a casa dos mutuários era exigida como garantia para o pagamento das dívidas adquiridas. Inicialmente, a elevação do crédito fez com que os preços dos imóveis disparassem, elevando o volume de negociações no setor. O fetichismo crescente no setor fomentou a ação dos mutuários em adquirir novos imóveis renovando seus empréstimos em valores maiores àqueles que já haviam obtido.

A disponibilidade irrestrita do crédito imobiliário cresceu de forma incontrolada atingindo, inclusive o segmento “subprime” composto, segundo os bancos, por uma parcela de mutuários com menores garantias de quitação dos empréstimos. Tendo como referência a existência de crises cíclicas econômicas do capitalismo tal qual apontou Marx em “O capital” em que o apogeu anuncia a catástrofe e a catástrofe o apogeu, o crescimento irrestrito de crédito bancário materializou os fundamentos para a sua própria crise. A elevação da inadimplência fragilizou de forma gradativa a liquidez bancária inviabilizando um conjunto de ações financeiras adotadas para contornar os impactos da crise.

A tentativa dos bancos privados em venderem as hipotecas sob sua gestão para os bancos de investimento não surtiram os efeitos esperados. O agravamento da recessão econômica reduziu o volume de vendas e dos preços dos imóveis, inviabilizando a execução das hipotecas e a revenda dos imóveis alienados aos bancos como forma de quitar as dívidas dos mutuários. Esse

processo afetou a liquidez dos bancos privados, consolidando a possibilidade concreta de falência generalizada, cujos desdobramentos atingiriam, sobremaneira, o próprio setor produtivo.

Isso se explica pela existência de um processo metabólico entre as formas reprodutivas do capital financeiro e o produtivo centrado na exploração do trabalho. Em outras palavras, os bancos emprestam dinheiro para as empresas investirem na produção. Esses novos investimentos possibilitam que as empresas elevem a produção, intensificando a elevação da mais-valia obtida sobre os trabalhadores. O crescimento da acumulação do capital produtivo possibilita que os homens de negócios devolvam o dinheiro emprestado pelos bancos acrescido de juros garantindo a acumulação do capital também em sua forma bancária.

Para Oreiro (2011, s/p) com a fragilização da liquidez dos bancos, o processo metabólico reprodutivo do capital foi afetado com desdobramentos implacáveis tanto no interior como além das fronteiras estadunidenses. Internamente, a quebra do processo reprodutivo do capital proporcionou que a crise imobiliária atingisse toda a economia estadunidense, comprometendo a capacidade de financiamento dos bancos na produção e os próprios fundos de pensão nos EUA. Externamente, atingiu toda a economia mundial dada a centralidade dos Estados Unidos no mercado financeiro internacional. A crise nos bancos estadunidenses retraiu o oferecimento de crédito pelos bancos internacionais diminuindo o volume da produção e o comércio em boa parte do planeta.

A instauração de um processo recessivo em nível internacional foi acompanhada pelo crescimento da produção petrolífera no Oriente Médio - Líbia, Iraque e Arábia Saudita e em ambientes fora da OPEP, como os EUA, Brasil e Argentina. A dinâmica entre a redução da produção industrial e a elevação da extração de petróleo proporcionou a redução dos preços do barril do petróleo no mercado internacional agravada pela queda de demanda nas indústrias e segmentos dependentes deste componente energético.

Essa dinâmica aparentemente desconexa se explica essencialmente na construção gradativa de estratégias políticas para a superação da crise de 2008 visando garantir a centralidade na economia estadunidense independente dos

impactos na periferia do capitalismo. O objetivo foi construir estratégias governamentais em âmbito nacional e internacional para proteger as empresas estadunidenses e garantir a pressão diplomática internacional na garantia dos seus interesses políticos. O endurecimento das ações diplomáticas dos Estados Unidos implicou em elevar sua influência política em diferentes regiões do planeta e enfraquecer o crescimento e expansão dos países rivais.

As negociações com a Arábia Saudita para a redução do preço do barril do petróleo no mercado internacional exemplificam a afirmação anterior. Um complexo “jogo de xadrez” foi elaborado para esse fim com desdobramentos no interior e além das fronteiras estadunidenses.

Em âmbito nacional, a redução do preço do barril de petróleo impactou na produção das empresas dos Estados Unidos produtoras de óleo por intermédio do Xisto. Isso se explica em virtude dos custos produtivos de extração de óleo do Xisto serem superiores aos da importação de petróleo. A redução contínua da taxa de juros domésticos foi a estratégia utilizada para evitar a falência generalizada das empresas vinculadas ao ramo produtivo do Xisto, garantindo, sobretudo, a recuperação gradativa da economia interna dos Estados Unidos. De acordo com Gomes (2014, s,p), tendo como referência a autossuficiência estadunidense na produção de óleo através do Xisto, compensava ao país manter esse parque produtivo em funcionamento, visto que a redução da produção proporcionava a manutenção das suas reservas nacionais para serem utilizadas no futuro. Em âmbito internacional, a redução do preço do barril do petróleo pelos sauditas afetou as economias da Rússia e o Irã, países dependentes das exportações de petróleo no mercado internacional. A fragilização de suas economias tornou-os vulneráveis à pressão diplomática dos EUA objetivada na retirada do apoio iraniano ao governo sírio e a redução da ofensiva russa contra a Ucrânia.

As pressões diplomáticas realizadas pelos Estados Unidos se explicam em uma totalidade que transcende as suas fronteiras. Tomando como referência a expansibilidade incontrolável das formas reprodutivas do capital, tal qual demonstrado por Marx em “O livro terceiro de O Capital”, o controle de diferentes

regiões do planeta impacta na manutenção da hegemonia política e econômica estadunidense nas próximas décadas. É no interior desses conflitos em torno do controle do petróleo que se insere a pressão política gerida pelos Estados Unidos e grupos econômicos europeus interessados na desmoralização da Petrobrás e a consequente desvalorização maciça do valor de suas ações no mercado internacional favorecendo os interesses dos grupos financeiros interessados em sua privatização. Por um lado, a desvalorização de suas ações possibilita, em caso de sua privatização, a compra da Estatal em valores reduzidos. Por outro lado, a compra de ações da Petrobrás com preços reduzidos, tendo como referência o potencial econômico do Pré-Sal avaliado em U\$ 3 trilhões, possibilita a obtenção de lucros com a possível valorização dessas mesmas ações no futuro. Um negócio altamente rentável sustentado nas tendências expostas no final do século XX e início do XXI de crescentes movimentos manifestos na elevação constante da acumulação do capital em sua forma financeira por frações de classe burguesas nacionais e internacionais.

Esta ação se explica na dinâmica do mercado e as ideologias que o justificam. A retomada do pensamento liberal assentada nos princípios da “Escola de Chicago” à qual o mercado e a concorrência são as chaves para a superação de crises econômicas coloca como atores grupos econômicos e financeiros alicerçados pelo poderio político e militar dos Estados aos quais ainda possuem vínculos em uma constante pressão sobre a periferia do capitalismo.

Esses atores agem no intuito de inviabilizar o surgimento de novos atores, negando a essência da participação e liberdade aos moldes do mercado liberal. A constante pressão diplomática impacta em uma luta constante para manter o controle sobre a periferia agindo no intuito de conquistar o próprio apoio de frações de classe burguesas nacionais simpáticas a esse projeto. A pressão diplomática voltada a limitar a influência política brasileira na América Latina e na costa oeste da África relacionada à redução da participação do país no mercado petrolífero internacional interligada à construção de alianças diplomáticas com países em conflito com os Estados Unidos exemplifica essa afirmação.

A descoberta de petróleo no Pré-sal fortaleceu a posição política brasileira no cenário internacional. A participação do Brasil no seleto grupo dos maiores produtores de petróleo em âmbito internacional e sua aproximação com os BRICs acirrou os embates com os Estados Unidos. As disputas comerciais entre os EUA, a Rússia e a China são fundamentais para o entendimento do fomento à crise da Petrobrás. A participação do Brasil nos BRICs é essencial para o debate sobre a questão do petróleo, especialmente no que se refere às relações comerciais com a China e a Rússia.

A vitória de um consórcio de empresas chinesas sobre as estadunidenses no leilão para a partilha no Campo de Libra no Pré-sal acirrou o conflito entre os dois países, especialmente pelo fato dos chineses serem aliados do Brasil e integrante do próprio BRIC. O governo brasileiro passou a receber constante pressão diplomática estadunidense para que se afastasse definitivamente dos BRICs e do Mercosul.

A pressão diplomática sobre o governo brasileiro foi complementada com a construção de um conjunto de alianças com frações de classe burguesas e parcela da mídia nacional voltadas ao fomento da instauração de ideologias centradas no anticomunismo. A constante exposição midiática das denúncias de corrupção apuradas pela Operação Lava Jato ressuscitou as propostas políticas de ultradireita manifestas na instauração de uma ditadura militar aos moldes de 1964 voltados a instaurar um amplo processo de moralização no Brasil rompendo com o “fantasma do comunismo” no Brasil.

Esse processo de “moralização política” com forte apelo ideológico capitaneado, principalmente, por segmentos da classe média nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil se explica em um contexto maior. Estão em disputa projetos políticos distintos ligados à política internacional brasileira, implicando, em última análise, na manutenção de uma espécie de terceiro turno eleitoral constante que construa as condições objetivas para a vitória eleitoral de setores conservadores alinhados com a política externa dos Estados Unidos e do Mercado Comum Europeu em 2018.

As denúncias de corrupção no Brasil tomam uma dimensão “hollywoodiana” à qual a oposição apresenta-se como a personificação do “bem” e os governistas em seu oposto, o “mal”. As forças do “bem” são compostas pela personificação da “competência e comprometimento” nacional e as do “mal” constituídas a incompetência e a ausência de compromisso social, um embate que omite a essência corrupta e classista do Estado Capitalista transcendente ao horizonte de um partido ou articulação política. A incompreensão gerada por setores da mídia da dinâmica dos processos em disputa fomentam o incremento de passagens lamentáveis na história mundial manifestas no crescimento da intolerância, xenofobia, homofobia e do racismo.

A transição política ocorrida via processo eleitoral nos últimos 25 anos não aponta rupturas distintas com as formas reprodutivas do capital financeiro. A crise política brasileira não se explica pela polarização expressa na contradição inconciliável entre o modo de produção capitalista e o socialista, mas sim o embate nacional e internacional sobre os rumos do capitalismo no Brasil sendo a exploração e o controle das jazidas de petróleo brasileiras um tema primordial.

### **Notas finais sobre o Pré-sal e a educação no Brasil**

A descoberta do Pré-Sal acompanhada das crescentes disputas geopolíticas internacionais para o seu controle foi acompanhada por discussões em âmbito nacional em termos do seu controle e exploração. O movimento estudantil brasileiro se apresentou como ator privilegiado ao desenvolver um conjunto de manifestações de rua voltadas a pressionar o Governo Federal e o Congresso nacional para que parcela dos recursos fosse utilizada para o fomento da educação no Brasil.

Esse conjunto de mobilizações foi acompanhado pelo acirramento do debate sobre a adoção dos mecanismos de partilha ou concessão da exploração das jazidas de petróleo existentes na zona do Pré-Sal e como a adoção de um ou outro modelo impactaria a educação no Brasil. Entre essas disputas, duas concepções merecem destaque.

A primeira concepção entende que o Brasil deveria promover o sistema de concessão da exploração do petróleo no Pré-Sal, atendendo aos interesses geopolíticos dos EUA, tal qual demonstrado anteriormente. Sua justificativa se baseia no entendimento ao qual a retirada da obrigatoriedade da participação da Petrobrás na exploração das jazidas de petróleo no Pré-sal possibilita acelerar a exploração dos referidos poços com dinheiro privado. A liberalização ao capital privado promoveria a elevação de recursos aumentando a capacidade produtiva exploratória dos poços do Pré-Sal. O que se percebe nessa concepção é a dimensão privatizante que começa a ser preparada para o futuro através da aprovação de políticas públicas gradativas que favoreçam a futura privatização da Petrobrás.

A segunda aponta a necessidade de continuidade da participação obrigatória da Petrobrás na exploração de poços de petróleo no Pré-sal. A retirada da obrigatoriedade da Estatal implicaria em uma redução significativa de dividendos para o Brasil, implicando, de acordo com dados Comissão de Educação do Senado Federal Brasileiro, tendo como referência apenas o Campo de Libras, na redução de arrecadação na ordem de R\$ 100 bilhões para o Fundo Social.

Um complexo processo político se edifica no interior dessa disputa. Tomando como referência os embates existentes entre os BRICs e as empresas petrolíferas representadas pelos Estados Unidos, a adoção da primeira concepção impacta no enfraquecimento do Estado Brasileiro com desdobramentos na educação e na saúde. Essa afirmação se justifica no impacto do Pré-sal na formulação de políticas públicas no Brasil. Em outras palavras, a descoberta de petróleo na região do Pré-sal impactou na construção de políticas públicas voltadas a destinar parcela dos dividendos obtidos para a melhoria das questões sociais no Brasil. Foi dentro deste objetivo que se criou o “Fundo Social do Pré-sal no ano de 2010”. O projeto de lei PL323/07 definiu que 50% de todos os recursos do Fundo Social do Pré-sal sejam repassados para a educação, até que sejam cumpridas todas as metas inerentes ao Plano Nacional de Educação, e para saúde, dependendo da regulação do Poder Executivo.

O embate em torno do Fundo Social do Pré-Sal teve como referência a própria meta estabelecida no Plano Nacional de Educação que estabeleceu a elevação de investimentos desde a educação infantil até a pós-graduação *Stricto Sensu*, tendo como referência a valorização da profissão professor. Entendido como uma grande vitória dos movimentos sociais vinculados à educação, o Fundo Social do Pré-sal apresentou-se como grande alternativa de fomento à educação brasileira, criando condições para a melhoria incondicional de todos os segmentos educacionais no Brasil.

Tomando como referência a possibilidade de melhoria da educação e da saúde com os recursos obtidos via Pré-sal, o embate sobre a partilha ou concessão da exploração e produção de jazidas de petróleo tomam dimensão maior, implicando nas próprias condições de vida das futuras gerações brasileiras. O que se percebe é a permanência dos embates em torno do Estado Brasileiro, os grupos financeiros internacionais e a própria soberania brasileira. A concessão de jazidas de petróleo acompanhada da não obrigatoriedade da Petrobrás manter uma participação mínima de 30% na exploração dos campos de petróleo no Pré-sal pode impactar na redução de recursos destinados à educação e a saúde, contribuindo, sobremaneira, para a continuidade dos processos precarizantes inerentes às duas áreas em questão.

A resistência dos movimentos sociais vinculados à educação ao projeto de concessão de jazidas de petróleo no Pré-sal se insere nessa perspectiva. A mudança do sistema de partilha para o de concessão impacta nos recursos obtidos através da exploração de petróleo no Brasil. A perda da centralidade da Petrobrás retira da Estatal o poder de definir os custos operativos responsáveis pela geração de royalties que fomentam o Fundo Social do Pré-sal reduzindo a capacidade de fomento à educação.

Devemos destacar que com o sistema de concessão, a obrigatoriedade de contribuição com o Fundo Social permanece restrito à Petrobras e não às empresas petrolíferas privadas. Quanto maior a centralidade privada no Pré-sal menor serão os recursos para o Fundo Social e, conseqüentemente, no investimento na educação e saúde.

A mudança do sistema de partilha para o de concessão impacta na redefinição da própria utilização de recursos. Enquanto o primeiro se assenta no controle do Estado e sua capacidade de transferência de recursos para o Fundo Social do Pré-sal, o segundo atua no controle privado da produção petrolífera centrada no pagamento de royalties vinculado ao volume produtivo a quem é devido. Enquanto o primeiro, ao vincular transferência financeira ao Fundo Social, possui capacidade de promover o fomento educacional em regiões distintas do Brasil, o segundo atua apenas nas regiões inerentes à própria produção petrolífera.

A redução dos royalties impactaria na própria redução do Produto Interno Bruto brasileiro com impactos significativos para a educação. Tomando como referência a aprovação pelo Congresso Nacional do Plano Nacional de Educação prevendo que o Brasil disponha de 10% do PIB para investir em educação, a redução do montante do PIB impacta na redução do volume de dinheiro a ser disponibilizado para o setor. De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), com a adoção do sistema de concessão o Brasil deixaria de arrecadar:

[...] 15% do total de óleo ou gás produzido no regime de partilha para obter entre 5% e 10% de receita no regime de concessão sobre o lucro das empresas. O projeto visa a retirar a riqueza do povo brasileiro, transferindo-a às empresas privadas. Se isso ocorrer, o Plano Nacional de Educação não se viabilizará, pois o pré-sal é uma das suas principais fontes de financiamento (Gomes, 2014, s/p).

A possível não participação da Petrobrás no consórcio de Libra exemplifica esta afirmação. Essa ação acarretaria “uma perda para o Estado de R\$ 246 bilhões e de R\$ 100 bilhões para o Fundo Social. Conseqüentemente, a educação deixará de receber R\$ 50 bilhões, já que pela atual legislação 50% dos recursos do fundo social do pré-sal destinam-se à educação. Para se ter uma noção da magnitude da perda, o orçamento para 2015 (sem os cortes previstos no ajuste fiscal) do Ministério da Educação (MEC) é de R\$ 103 bilhões (TADA, 2015, s/p)”.

Os embates sobre o petróleo traduzem um universo de disputas em aberto no Brasil. O enfraquecimento governamental proporcionado pelas sucessivas denúncias de corrupção em sua base aliada apontam contornos incertos para o futuro do Estado e da política brasileira. Um movimento político de caráter conservador cresce no Brasil, indo de encontro aos interesses neoliberais expressos pelos grupos financeiros transnacionais, cujos desdobramentos podem ser sofríveis às frações de classe menos favorecidas.

Essas questões relevam aos movimentos sociais brasileiros uma importante tarefa história na luta em resistência a esses processos. A ausência de mobilização, independente do resultado do processo de cassação do governo Dilma Rousseff, relevará às gerações futuras uma possibilidade concreta de crescimento da precarização das condições de vida e subordinação nacional aos interesses internacionais, condenando o Brasil a se manter por décadas na periferia do capitalismo.

A aposta radical na luta de classes nos parece a saída dos menos favorecidos. O debate está posto.

## Referências

BIONDI, A. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo, Perseu Abramo, 1999.

\_\_\_\_\_. *O Brasil privatizado II: o assalto das privatizações continua*. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.

BRANT, V. C. (1990) *Paulínia: petróleo e política*. Campinas, CEBRAP, 195p.

CARCANHOLLO, M. D. Conteúdo e Forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. *Crítica e sociedade: revista de cultura política*, v.1, n.3, ed. Especial, dez. 2011. Disponível em: [www.seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/download/.../8279](http://www.seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/download/.../8279) Acesso dia 17 de dezembro de 2015.

Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, *Brasil Debate*

<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/06/a-cri-se-da-petrobras-a-luz-da-geopolitica.html> Acesso dia 17 de dezembro de 2015.

CHESNAIS, F. Até onde irá a crise financeira. *Le Monde Diplomatique Brasil*, novembro de 2007. Disponível em: <http://www.diplo.uol.com.br>. Acesso em 01 maio 2008.

COSTA, Diogo. *Algumas considerações sobre as ações da Petrobrás*. 17/12/2014.

<http://jornalgggn.com.br/blog/diogo-costa/algumas-consideracoes-sobre-as-acoes-da-petrobras-por-diogo-costa> Acesso dia 17 de dezembro de 2015.

GOMES, Vinícius. O que também está por trás, e além das fronteiras nacionais, na queda das ações da Petrobras. In Revista Fórum. RJ, 2014. <http://www.revistaforum.com.br/2014/12/16/o-que-esta-por-tras-e-alem-das-fronteiras-nacionais-na-queda-das-acoes-da-petrobras/> acesso dia 10 de janeiro de 2016 às 15 horas.

GONÇALVES, R. e Pomar, V. *O Brasil endividado*. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.

LIMA, Eliana. Hoje completa 11 anos da tragédia com a P-36. Onze petroleiros mortos, apenas dois sepultados. In *Jornal Tribuna do Norte*. RJ, 2012.

LUCENA, Carlos. *Aprendendo na luta: A história do sindicato dos petroleiros de Campinas e Paulínia*. São Paulo, Ed. Publisher Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. *Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil*. Campinas, Autores Associados, Uberlândia, EDUFU, 2004.

MARX, K., Engels, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo, Ed. Moraes, 1984.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*; Livro 1º, Volume I, tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 2. ed - São Paulo, Ed. Nova Cultural.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*; Livro 1º, Volume II, tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 3. ed. - São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3º, Volume VI, tradução Reginaldo Sant' Anna - 3. ed. - São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1984.

OREIRO, José Luiz. Origem, causas e impacto da crise. In *Valor Econômico*, 13/09/2011. <https://jlcureiro.wordpress.com/2011/09/13/origem-causas-e-impacto-da-crise-valor-economico-13092011/> Acesso

dia 17 de dezembro de 2015 às 18 horas.

Sindipetro Norte Fluminense, 2010. [www.sindipetronf.org.br](http://www.sindipetronf.org.br) Acesso dia 17 de dezembro de 2015 às 17 horas

TADA, Cristiane. Em defesa dos royalties do pré-sal para a educação. In União Nacional dos Estudantes – UNE – 2015. <http://www.une.org.br/noticias/em-defesa-dos-royalties-do-pre-sal-para-a-educacao/> Acesso dia 10 de dezembro de 2015, às 10 horas.